A POTÊNCIA DO "AFETIVO EFETIVO" NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO PERIFÉRICA EM PARACAMBI/RJ

Clézio dos Santos [1]
Allana Pessanha de Moraes [2]

INTRODUÇÃO

A memória coletiva é um elemento essencial na construção da identidade de uma comunidade, pois abrange um conjunto de lembranças compartilhadas que conferem sentido à experiência comum, moldam os referenciais identitários e fortalecem a coesão social. No entanto, é importante reconhecer que essa memória também é atravessada por conflitos, silenciamentos e disputas, refletindo as tensões que permeiam as relações sociais. Sua constituição ocorre por meio das interações entre indivíduos e instituições, sendo mediada pela cultura (Halbwachs, 1990) e pelos processos e agentes envolvidos na elaboração e formalização dessas memórias (Pollak, 1989).

Em Paracambi, no estado do Rio de Janeiro, a história da cidade e a memória de sua comunidade estiveram intimamente ligadas à Companhia Têxtil Brasil Industrial (CTBI), uma das mais significativas indústrias têxteis do estado, que, em decorrência de sua estrutura e poder, acabou moldando a vida social, econômica e cultural da região ao longo de décadas.

Construída na segunda metade do século XIX, a Companhia se tornou um dos símbolos do desenvolvimento do Brasil Imperial ao introduzir novos maquinários no setor têxtil, trazendo a promessa de um volume maior de produção, bem como um

[1] Professor Associado III do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ), Doutor em Ciências - Ensino e História de Ciências da Terra (UNICAMP), Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ). cleziogeo@yahoo.com.br;

[2] Doutoranda em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, pela UFRRJ. Pedagoga do IFRJ-Campus Paracambi e integrante do Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi. E-mail: allana.moraes@ifrj.edu.br;

aumento na qualidade dos tecidos produzidos até então no país. Junto a isso, como uma alternativa à carência de mão de obra na região, a empresa instituiu um modelo de gestão de "fábrica com vila operária", ampliando seu poder patronal para além das relações de trabalho, criando padrões e regras de comportamento que passaram a organizar e conformar as relações sociais na vila operária (Keller, 2007). Sua abrangência e poder acabaram conferindo à Companhia centralidade na organização da vida social, econômica, política e cultural de Paracambi, sendo um elo imprescindível na construção da memória e da identidade da classe trabalhadora da cidade.

Após 125 anos de funcionamento, a Companhia Brasil Industrial encerrou as suas atividades em decorrência de crises financeiras sistemáticas e de mudanças no cenário econômico internacional nos anos 1990. Com o fechamento e o fim do trabalho na fábrica, encerraram-se os vínculos que ligavam patrões e trabalhadores, e este espaço que até então era centralizador e responsável pelo agrupamento desses atores sociais fragilizou-se, impactando a dinâmica da comunidade e, consequentemente, os elementos que sustentavam a memória coletiva daquele grupo.

Segundo Pierre Nora (1993), os lugares de memória surgem precisamente quando há uma ruptura no elo direto entre a experiência vivida e a memória coletiva. No caso da fábrica, o fim de suas atividades não apenas desarticulou a convivência diária dos trabalhadores, mas também ameaçou apagar as histórias, práticas e valores que foram construídos ao longo do tempo nesse espaço.

Nos anos 2000, as dependências da antiga fábrica foram compradas pela Prefeitura Municipal de Paracambi e transformadas em um dos mais ousados polos educacionais do estado do Rio de Janeiro, com a presença de instituições públicas de ensino de nível médio e superior, bem como a oferta de cursos livres de artes. No entanto, apesar dos esforços da Prefeitura para a conservação e preservação do patrimônio material da Companhia Brasil Industrial, não houve no município nenhuma ação institucional voltada para a história do trabalho e memória da classe trabalhadora.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) é uma das instituições que fazem parte do complexo educacional que hoje é chamado de "Fábrica de Conhecimento". O reconhecimento da importância histórica do prédio e, sobretudo, da história daqueles que colaboraram para a construção da cidade de Paracambi, levou a instituição a criar, em 2019, o Núcleo de Estudos e Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi. Pautado nas premissas da educação

patrimonial, o Centro de Memória tem como objetivo ser um espaço voltado para trocas com a comunidade e respectiva reflexão sobre a memória coletiva, adaptando-a aos novos contextos e realidades, propondo uma participação afetiva e ativa da comunidade na intervenção do patrimônio.

Neste ponto, torna-se fundamental articular o conceito de "afetivo efetivo", formulado por Marcos Olender, que destaca a importância do afeto como fator indispensável na valorização e gestão do patrimônio cultural. Para Olender (2017), os vínculos afetivos constituem o alicerce das ações patrimoniais, pois é através deles que a comunidade estabelece relações de pertencimento e reconhecimento com o patrimônio, transformando-o em elemento vivo de sua identidade. Assim, não se trata apenas de conservar objetos ou edifícios, mas de ativar memórias, sensibilidades e vínculos que tornam o patrimônio efetivamente significativo para as pessoas.

Nesse sentido, o trabalho realizado pelo Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi exemplifica a potência do "afetivo efetivo" na prática da educação patrimonial. Ao propor práticas que buscam o processo diólogico com a comunidade sobre sua própria história, o Centro mobiliza afetos que, conforme Olender, são condições imprescindíveis para a preservação e gestão participativa do patrimônio. A valorização da memória operária, das histórias de vida e das práticas culturais associadas à CTBI não apenas preserva registros históricos, mas também atua no sentido de fortalecer os vínculos comunitários e reforçar a identidade local, na perspectiva de criar um elo entre afeto, pertencimento e preservação.

Assim, o afeto como elemento constitutivo das práticas de educação patrimonial, conforme propõe Olender pode ampliar a potência formativa dessas ações, reforçando processos de pertencimento e fortalecimento comunitário. O Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi, pode se tornar um exemplo de como o afeto pode ser mobilizado como recurso efetivo na preservação e valorização do patrimônio, transformando-o em um bem cultural ativo e relevante para as gerações presentes e futuras.

Partindo disso, o objetivo deste texto é evidenciar a importância do Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi no processo de valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. Destaca-se aqui, como este espaço junto com a comunidade tem se consolidado como um importante local de agrupamento de documentos, conservação e difusão de registros históricos relacionados à CTBI, à

cidade de Paracambi e à memória de seus trabalhadores. Através de relatos, da doação espontânea de objetos por moradores e ex-operários da fábrica, o Centro de Memória não apenas reúne acervos, mas também mobiliza afetos e atualiza a memória coletiva da cidade.

DA HISTÓRIA DA COMPANHIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL AO CENTRO DE MEMÓRIA DA INDÚSTRIA TÊXTIL DE PARACAMBI

Com base na metodologia qualitativa, ancorada na coleta de relatos, documentos, fotografias e objetos doados por moradores, fazem parte do caminho escolhido pela pesquisa feito num território da Baixada Fluminense e em diálogo com a Educação Patrimonial e a Educação Periférica, como campos de especificidades e complementares. Dessa forma, a pesquisa contribui para a construção de processos educativos comprometidos com o território, valorizando saberes locais e fortalecendo vínculos de pertencimento. Ao articular memória, patrimônio, periferia e participação comunitária, o Centro de Memória se consolida como espaço formativo que dialoga com os princípios da educação periférica, ao reconhecer o valor das experiências históricas e culturais produzidas em territórios frequentemente invisibilizados nas narrativas oficiais.

A história do município de Paracambi, localizado na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, tem seu nascimento vinculado à antiga Companhia Têxtil Brasil Industrial. Fundada em 1871 com o objetivo de fabricar tecidos finos de algodão e de boa qualidade, já que até então no Brasil a produção era destinada a confecção de sacos e vestimentas mais rudes, a Companhia fazia parte do projeto de modernização do Brasil Imperial, sendo a primeira grande indústria têxtil do Brasil (Stein, 1979).

Ao longo de seus 125 anos de operação, a “Fábrica”, como é popularmente conhecida pelos moradores de Paracambi, desempenhou um papel fundamental na configuração espacial do município através da construção da vila operária e da posse de boa parte das terras da região. Além disso, a empresa foi responsável pela criação de uma rede de assistência anteriormente inexistente, abrangendo serviços como escola, creche e atendimento médico. Soma-se a isso o fato de a empresa ser a dona do clube e do campo de futebol, sendo a principal responsável por promover atividades recreativas, esportivas e de lazer na comunidade.

Em 1996, com o fechamento da Companhia Têxtil Brasil Industrial e o declínio do setor têxtil na cidade[3], o imponente prédio da Fábrica e seu entorno foram comprados pela Prefeitura Municipal de Paracambi. A vila operária, o clube Cassino e o campo de futebol, denominado Brasil Industrial Esporte Clube (BIEC) até hoje, já haviam sido desmembrados pela empresa anos antes: as casas foram vendidas aos antigos operários pelo sistema de crédito do Banco Nacional da Habitação (BNH) ainda nos anos 1970; o clube Cassino, local de bailes e festividades, foi repassado para a Prefeitura; o campo esportivo passou a ter sócios e a ser gerido por uma direção própria.

O desmantelamento desses espaços e o fim do trabalho na Companhia encerrou um longo ciclo de vinculação entre patrões e trabalhadores, bem como enfraqueceu os laços comunitários e identitários que vinculavam os trabalhadores. A despeito da existência de um sindicato têxtil na cidade, ele não foi capaz de manter suas atividades ou promover ações de fortalecimento de uma memória trabalhadora após o fechamento das fábricas de tecidos.

Em meio a esse conjunto de mudanças e diante das novas configurações espaciais, sociais e econômicas que começaram a emergir no município, a noção de uma memória operária coletiva acabou sendo esquecida[4]. Apesar de histórias individuais de antigos trabalhadores terem a antiga Companhia Têxtil Brasil Industrial como centro de suas narrativas, a ausência de ações e de políticas de valorização e salvaguarda da história da cidade acabou reduzindo a memória do trabalho têxtil de Paracambi às biografias de seus operários. Nesse contexto, fotografias, documentos, objetos decorativos, máquinas e quadros, dentre tantos outros itens, acabaram dispersos, compondo apenas o acervo pessoal de algumas pessoas na cidade.

A ausência de uma política estruturada de preservação patrimonial resultou diretamente na perda de elementos fundamentais da memória coletiva local. A fragmentação e dispersão das histórias de vida, das fotos, documentos e objetos que marcaram a história da cidade e de milhares de pessoas, acabaram dificultando a construção de uma memória coletiva e, consequentemente, a construção de uma narrativa que fosse capaz de conectar as novas gerações com o local onde elas vivem.

---

[3] Além da Companhia Têxtil Brasil Industrial, existiam em Paracambi outras duas grandes indústrias têxteis denominadas Crow e Maria Cândida, ambas fechadas nos anos 2000.

[4] É preciso destacar que, desde o fechamento da Brasil Indústria, alguns moradores de Paracambi tiveram um papel importante no processo de criação de um acervo sobre a história da cidade, dos quais destacam-se os professores Paulo Keller e Marcelo Armond e Cleia Natal.

Essa desconexão compromete não apenas o reconhecimento do valor histórico da antiga Companhia e da história da cidade, mas sobretudo, invisibiliza a história do trabalho e dos operários que contribuíram para a configuração da cidade que temos hoje.

Após a compra da Fábrica em 2001 pela Prefeitura, o espaço que até então havia sido ocupado por umas das mais expressivas fábricas de tecido do estado do Rio de Janeiro e do Brasil acabou sendo refuncionalizado, passando a abrigar inúmeras instituições de ensino e artes. Rebatizado como "Fábrica do Conhecimento", o espaço passou a acolher instituições como o CEDERJ, o IFRJ, a FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica), a Escola de Música Villa-Lobos, a Escola de Dança Curió, bem como inúmeros cursos livres e secretarias vinculadas à estrutura da Prefeitura Municipal. Dada a diversidade de cursos e atividades ofertadas de forma gratuita, atualmente a "Fábrica do Conhecimento" é um relevante polo educacional da Baixada e do Sul Fluminense, contando com um público estimado de 6 mil pessoas, entre alunos e servidores públicos. Além disso, parte das terras que pertenciam à Companhia foi convertida no Parque Municipal do Curió, uma reserva ambiental com 913 hectares de Mata Atlântica, consolidando-se como o segundo maior parque do estado do Rio de Janeiro.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) ocupa, hoje, boa parte do prédio principal da Fábrica. Inaugurado em 2008, possui aproximadamente 1400 alunos e 150 servidores, destacando-se na oferta de cursos técnicos integrados na área de mecânica e eletrotécnica, licenciatura em matemática, bacharelado em engenharia mecânica e pós-graduação em educação e diversidade. Além disso, o Campus Paracambi desenvolve inúmeros projetos de ensino, pesquisa e extensão, conferindo a ele reconhecimento e legitimidade por parte da comunidade pela sua excelência e compromisso com a educação pública. Veja figura 01.

Figura 01. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) campus Paracambi ocupa a antiga Companhia Têxtil Brasil Industrial.



Fonte:https://elizeupires.com/artigos/geral/25235-paracambi-fabrica-do-conhecimento

Desde 2016 são realizados projetos no Campus Paracambi voltados para a temática da história da Fábrica e de seus trabalhadores[5]. No entanto, apenas em 2019 foi criado o Núcleo de Estudos e Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi, localizado nas dependências do IFRJ Campus Paracambi. Composto por servidores da instituição e representantes da comunidade, ele tem como missão investigar, conservar, documentar, analisar e divulgar os aspectos relacionados ao processo de industrialização e desenvolvimento da cidade, bem como valorizar a memória do trabalho e de seus trabalhadores.

De acordo com Moraes (2025), uma das principais motivações para a criação do Centro de Memória deve-se ao reconhecimento de que o prédio que hoje é ocupado pelo Instituto existe para além de seu espaço físico, de suas antigas máquinas e relações de trabalho – trata-se de um espaço que existe nas lembranças, nos silenciamentos, nos conflitos, nos afetos, nas amizades, nas experiências e falas de todos aqueles que um dia lá trabalharam. Ele compõe o cenário das centenas de histórias de vida e na forma como a coletividade se percebeu e se interpretou ao longo do tempo, sendo aquilo que Nora (1993) definiu como um "lugar de memória". De acordo com o autor, os "lugares de

[5] Em 2016, a professora e historiadora Angelissa Azevedo desenvolveu o projeto "Fábrica de Memórias", em que ela entrevistou inúmeros ex-operários da Brasil Industrial.

memória" podem ser entendidos como espaços onde a memória se intercruza com o concreto, com os objetos, com as imagens e espaços abarcando, simultaneamente, uma dimensão material, simbólica e funcional em que diversos elementos se intercruzam e criam teias de sentidos e significados específicos, e por isso não podem ser pensados de forma desassociada.

O Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi é um espaço educativo que se apresenta como o primeiro esforço institucional do município voltado para preservar e valorizar esses "lugares de memória" e suas múltiplas dimensões. Veja Figura 02. Vinculado ao IFRJ Campus Paracambi, seu objetivo é criar ligações entre o passado e o presente, entre as memórias individuais e coletivas, um "lugar de afeto", garantindo às novas gerações um entendimento problematizado sobre sua história.

Figura 02: Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi do IFRJ Campus Paracambi



Fonte: https://www.memoriaoperariaparacambi.com.br/

Desde a sua criação, o Centro de Memória vem desenvolvendo várias ações educativas em Paracambi, divulgando a história da cidade e convocando à comunidade a participar do seu processo de construção. A resposta da população foi imediata e o Centro de Memória prontamente recebeu várias doações de antigos operários e da comunidade local, tais como fotos, documentos e objetos[6], que ajudam a reconstruir a história da cidade e dos trabalhadores. Aqui nos remetemos a Olender (2017), que destaca sobre a importância da participação comunitária na definição do que merecer ou não ser preservado, mobilizando assim, memórias afetivas..

[6] Temos recebido fotografias de ex-trabalhadores ou de seus parentes; também recebemos fichas de saúde, fichas de registro profissional e alguns objetos (lançadeiras, relógio de ponto, máquinas de escrever, vidrarias etc.).

Neste ano de 2026, estamos dando início ao projeto “Memória Preservada: Gestão Documental e Conservação do Acervo do Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi”, que iniciará o trabalho de catalogação, conservação e divulgação do acervo para o público.

EDUCAÇÃO PERIFÉRICA: FUNDAMENTOS, SENTIDOS E DISPUTAS

Para Santos (2024, 2025), a Educação Periférica pode ser compreendida como um campo de práticas, saberes e disputas político-pedagógicas que emerge dos territórios periféricos urbanos e rurais, articulando educação formal, não formal e popular. Trata-se de uma perspectiva que reconhece as periferias como territórios educativos ativos, produtores de conhecimento, cultura e pedagogias próprias, em oposição a leituras deficitárias que as reduzem a espaços de carência ou vulnerabilidade.

Diferentemente de uma metodologia pedagógica fechada, a Educação Periférica constitui-se como uma categoria analítica e política que afirma o território como dimensão central do processo educativo e valoriza os saberes produzidos nas margens da cidade, frequentemente invisibilizados pelo currículo escolar hegemônico.

Inspirada fortemente na pedagogia freiriana, essa perspectiva parte do princípio de que não há educação neutra. Para Paulo Freire (2019), educar é um ato político, e o processo educativo deve estar comprometido com a leitura crítica do mundo e com a transformação da realidade. Nesse sentido, a Educação Periférica assume a periferia como ponto de partida epistemológico, reconhecendo os sujeitos periféricos como produtores de conhecimento, e não apenas como receptores de políticas compensatórias.

Embora Paulo Freire não utilize explicitamente o termo “Educação Periférica”, sua concepção de educação como prática da liberdade e como processo de leitura crítica do mundo constitui um de seus principais fundamentos teóricos. Para o autor, os sujeitos historicamente oprimidos — muitos deles localizados nas periferias — são portadores de saberes e experiências que devem ser reconhecidos como conhecimento legítimo. A Educação Periférica dialoga diretamente com essa concepção ao afirmar o território vivido como mediação fundamental do processo educativo.

Miguel Arroyo (2011) também contribui de forma significativa para esse debate ao defender que os currículos escolares precisam reconhecer os sujeitos concretos que chegam à escola, com suas trajetórias, pertencimentos e marcas sociais. Para o autor, as

populações historicamente marginalizadas carregam experiências de vida que devem ser reconhecidas como saberes legítimos. A Educação Periférica reforça essa leitura ao afirmar o território vivido como elemento constitutivo da identidade e do processo formativo.

Nesse sentido, a periferia deixa de ser compreendida apenas como espaço de ausência do Estado ou de precariedade e passa a ser entendida como território educativo ativo, no qual se desenvolvem práticas formativas formais e não formais, articuladas a movimentos sociais, coletivos culturais, organizações comunitárias e iniciativas juvenis.

Moacir Gadotti (2000), ao dialogar com a tradição da educação popular, contribui para a consolidação da Educação Periférica ao defender a educação como prática social ampla, vinculada à cidadania, à participação e à transformação social. Para o autor, os processos educativos não se restringem à escola, mas ocorrem em múltiplos espaços da vida social, ideia central para a compreensão das periferias como territórios educativos.

A Educação Periférica aproxima-se dessa concepção ao valorizar práticas educativas desenvolvidas em associações comunitárias, coletivos culturais, movimentos sociais e projetos territoriais. Gadotti (2000) reforça a ideia de que a educação deve estar comprometida com a construção de sujeitos críticos e com a democratização do conhecimento. Nesta perspectiva também associamos a necessidade da Educação Patrimonial com afeto.

O “AFETIVO EFETIVO” E A CENTRALIDADE DO AFETO NAS POLÍTICAS PATRIMONIAIS

A necessidade de ressaltar “a efetiva importância do valor afetivo na identificação daquilo que dever ser preservado” é enfatizado por Marcos Olender em seu texto O afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio (2017). O autor destaca espanto ao constatar que ainda persistem resistências e preconceitos em algumas instâncias gestoras pelo patrimônio histórico-cultural, mesmo havendo respaldo institucional que reconhece o valor afetivo como critério de preservação.

Segundo o autor, este reconhecimento nacional pode ser encontrado no próprio site do IPHAN. Assim, o tombamento pode ser compreendido como um instrumento

legal utilizado pelos poderes públicos nas esferas federal, estadual e municipal com o objetivo de preservar a memória nacional. Trata-se de um ato administrativo voltado à proteção de bens que possuem valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo para a população, garantindo, por meio de legislações específicas, que esses patrimônios não sejam destruídos ou descaracterizados (IPHAN).

Historicamente, entretanto, a política de patrimonialização no Brasil foi marcada por um processo de escolha de determinados bens ou artefatos capazes de simbolizar metaforicamente a ideia abstrata de nação (Abreu, 2015). Essa orientação, presente desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) na década de 1930, consolidou uma compreensão de patrimônio vinculada à monumentalidade, à estética arquitetônica e a narrativas oficiais sobre a formação do país. Como consequência, os bens imateriais, as memórias locais, as manifestações populares e os patrimônios ligados às classes trabalhadoras permaneceram, por muito tempo, marginalizados ou invisibilizados nas políticas de preservação.

Apesar disso, como destacam Parente e Bomfim (2020), as escolhas relacionadas ao tombamento de bens culturais ainda são frequentemente orientadas por critérios políticos, econômicos e técnicos, em detrimento do valor afetivo atribuído pelas comunidades aos seus patrimônios. Tais decisões, muitas vezes, estão vinculadas a processos de ordenamento, planejamento e manipulação do espaço urbano, respondendo mais aos interesses de grupos com poder de influência do que às dimensões socioculturais e afetivas expressas por coletividades que mantêm vínculos vivos com esses bens.

Partindo disso, Olender (2017), destaca alguns exemplos da importância da participação comunitária na definição do que deve ser preservado. Observe no quadro 01.

Para Olender (2017), edificações e territórios são reconhecidos como elementos fundamentais na constituição e estruturação da memória coletiva de determinados grupos, o que contribui para a afirmação de suas identidades. De acordo com Halbwachs (1990), a memória se constrói coletivamente por meio do compartilhamento de experiências e manifestações materiais e intelectuais vivenciadas por esses grupos. Meneses (2009) destaca que esse processo cria vínculos afetivos de pertencimento e solidariedade entre pessoas, objetos e lugares.

Quadro 01 - Exemplos de Tombamento com Participação Comunitário e Valor Afetivo.

Quadro: Exemplos de Tombamento com Participação Comunitária e Valor Afetivo

Caso	Local	Bem Tombado	Mobilização Comunitária	Resultado
Casa de Chico Mendes	Xapuri, Acre	Casa onde Chico Mendes morou e foi morto	Mobilização de diversos grupos sociais após sua morte em 1988; destaque para o valor simbólico e afetivo do local.	Tombamento estadual e federal; reconhecido como lugar que aglutina "valores e afetos".
Castelinho do Bairu	Juiz de Fora, MG	Imóvel antigo em estilo neocolonial	Abaixo-assinado da Associação de Moradores, ressaltando vínculos afetivos de várias gerações com o imóvel.	Tombamento rejeitado pela prefeitura local, que alegou "excesso de valor afetivo" e falta de critérios técnicos.
Terreiro da Casa Branca	Salvador, Bahia	Sítio sagrado do candomblé (Ilê Axé Iyá Nassô Oká)	Ameaçado pela especulação imobiliária; forte mobilização de religiosos, intelectuais e artistas; resistência às críticas técnicas sobre o dinamismo do candomblé.	Tombamento municipal e federal; primeiro terreiro tombado pelo Iphan, abrindo caminho para outros.
Praça da Estação	Belo Horizonte, MG	Conjunto paisagístico e arquitetônico	Mobilização do IAB-MG, imprensa e artistas (como Drummond); resistência à implantação do metrô e à descaracterização do espaço.	Tombamento estadual; reconhecimento da praça como "grande lugar de encontro", carregado de significados.

Fonte: Moraes, 2025.

.A escolha do que será compartilhado está diretamente relacionada às relações afetivas, sejam elas positivas ou negativas, com certas situações ou expressões.

Por fim, essa compreensão amplia-se ao se considerar a cidade como um espaço profundamente marcado por vivências afetivas, constituindo-se como lugar de encontros e de afetações. A cidade é moldada por essas interações e, simultaneamente, influencia a qualidade delas. Pode, assim, fortalecer o conatus coletivo quando promove ações conjuntas em prol do direito à cidade, ou, por outro lado, favorecer a passividade diante das desigualdades e exclusões.

A afetividade, entendida como uma ética, permite enxergar a cidade como um espaço onde os afetos são elementos-chave para compreender os movimentos históricos do cotidiano. Desse modo, o sujeito não apenas habita a cidade, mas também a carrega em si com a mesma intensidade das experiências afetivas que vivencia nela (Bertini, 2015).

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COM AFETO: CAMINHOS E DESAFIOS

Assim como em outras cidades que atravessam processos contemporâneos de reconfiguração urbana, Paracambi vivencia transformações que, embora ampliem oportunidades e tragam benefícios à população, tendem também a produzir tensões quanto à preservação de seus "lugares de memória". Nesse contexto, observa-se que parcela dos moradores desconhece o tombamento do edifício da antiga fábrica[7] e de seu entorno; que intervenções realizadas na área tombada, inclusive pelo poder público municipal, nem sempre se orientam por critérios de conservação patrimonial; e que as formas de mobilização social voltadas à defesa do patrimônio local ainda se apresentam de maneira incipiente. Tais elementos, contudo, não devem ser interpretados como indiferença ou desinformação, mas como expressão das múltiplas racionalidades, experiências e modos de pertencimento que atravessam o território. Esse cenário evidencia a coexistência de diferentes regimes de memória, bem como disputas de sentidos que atualizam, ressignificam e, por vezes, tensionam a memória coletiva no presente.

Do mesmo modo, é necessário reconhecer que a comunidade atual vivencia uma realidade profundamente distinta daquela que caracterizou a antiga Vila Operária.

> Os modelos de sociabilidade industrial sustentados pela centralidade do trabalho fabril, pela organização espacial da vila e pelo ritmo de vida regulado pela fábrica, deixaram de estruturar a vida cotidiana dos moradores. Nesse sentido, é legítimo que a população elabore novas memórias, referências identitárias e práticas culturais que dialoguem com suas experiências presentes. Tal movimento não implica o apagamento do passado operário, mas revela a natureza dinâmica, seletiva e processual da memória social, permanentemente produzida nas interações entre sujeitos, territórios e temporalidades. (Moraes, 2025, p.82)

As ideias de Moraes (2025) vão ao enocntro do que destaca Milton Santos (1998), o fato de viver em um território não é sinônimo de um vínculo com esse espaço. Isso porque o território não pode ser entendido como um simples conjunto de objetos, mas

[7] O conjunto fabril foi tombado provisoriamente em 16 de dezembro de 1985 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), incluindo o prédio central, a usina de força, a casa do diretor, a capela de Nossa Senhora da Conceição e edificações complementares. Disponível em: http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/173. Acesso em: 16 jan. 2025.

sim como um dado simbólico que se constrói na intrínseca articulação entre os espaços e os símbolos, gerando as bases da territorialidade e da própria identidade.

Nesse contexto, a educação patrimonial se apresenta como uma possibilidade de mediação que não pretende impositiva de uma narrativa nostálgica da Fábrica, mas abrir espaço para o reconhecimento da diversidade de experiências que compõem o território. Essa abordagem permite trabalhar a memória operária como parte de um repertório amplo, que inclui afetos, trajetórias familiares, modos de habitar o bairro e novas formas de pertencimento que emergem no presente. É através da participação mútua por parte das comunidades e indivíduos do seu patrimônio, que a educação patrimonial pode ser significativa.

Importante destacar que a educação patrimonial é reconhecida como uma estratégia essencial para a preservação e valorização do patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural no Brasil. O IPHAN define a educação patrimonial como um processo que promove a sensibilização das comunidades para a importância de seus bens culturais, sejam eles materiais ou imateriais, incentivando sua preservação e uso sustentável. A partir da Portaria do IPHAN n.º 137, lançada em 2016, identificamos a compreensão do órgão sobre a educação patrimonial:

> Art. 2º. Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. (IPHAN, 2016).

Embora essa definição seja amplamente adotada no campo, ela pode sugerir uma hierarquia implícita entre os agentes institucionais que “sensibilizam” e as comunidades que supostamente precisam ser sensibilizadas. Essa lógica, historicamente presente nas políticas de patrimonialização no Brasil, tende a atribuir ao Estado e aos especialistas o papel de detentores do saber legítimo sobre o patrimônio, enquanto a população aparece como receptora passiva desse conhecimento.

A autora Regina Abreu (2015), no traz essa abordagem ao mostrar que as comunidades já produzem, por si mesmas, práticas de memória, modos de cuidado e formas próprias de atribuir valor aos bens culturais, muitas vezes de maneira mais

complexa e afetiva do que os referenciais oficiais reconhecem. Sob essa perspectiva, a educação patrimonial não deve ser entendida como um movimento vertical de transmissão de conhecimento, mas como um processo dialógico, no qual diferentes saberes se encontram, se tensionam e se legitimam mutuamente.

A compreensão da educação enquanto um processo social que se estabelece na interface das relações que os sujeitos constroem ao longo de sua vida faz com que qualquer espaço possa se tornar um espaço educativo, desde que ele estimule o desenvolvimento de experiências, da convivência, do agir e do pensar (Goulart, 2010). É desta forma que a educação patrimonial não se limita à transmissão de conhecimentos, mas se torna um processo ativo de construção de sentido e valorização dos bens culturais ao mesmo tempo em que fortalece a identidade coletiva, a serviço da esperança, sendo horizontal e propiciadora do "afetivo efetivo".

> Baseado nesses princípios da educação patrimonial, o Centro de Memória da Indústria Têxtil vem desenvolvendo ações de cunho educativo, de pesquisa e extensão, que buscam criar pontes entre as histórias individuais e coletiva. Essas ações tiveram início em 2021, com o evento de comemoração dos 150 anos da antiga Companhia. Organizado de forma remota, em decorrência das diretrizes sanitárias impostas pela pandemia do Covid-19, o evento contou com a participação de pesquisadores, ex-operários e figuras emblemáticas da cidade que discutiram a importância histórica do patrimônio industrial existente em Paracambi, bem como ações futuras em relação à memória e o patrimônio. Neste mesmo evento foi promovido um concurso de redação para alunos do ensino fundamental e médio de todas as escolas da cidade com o tema "Brasil Industrial: passado, presente e futuro".(Moraes, 2025, p. 84)

Desde então, já foram desenvolvidos três projetos de pesquisa, além do primeiro projeto de extensão que realizado neste ano de 2025 – todos com financiamento do IFRJ e apoio da Prefeitura Municipal de Paracambi. Esses projetos, que têm objetivos diversificados, buscam consolidar o Centro de Memória como um espaço de referência sobre a história da Companhia e seus trabalhadores, destacando a importância da classe trabalhadora na história da cidade. Os produtos resultantes dessas pesquisas têm sido convertidos em material para a realização de cursos e palestras sobre a história da cidade e orientado a criação de um tour pelas antigas dependências da Companhia. Além disso, os projetos têm contribuído para a organização do acervo doado pelos ex-operários e permitiram a criação de uma biblioteca e um banco de imagens online[8].

[8] O Centro de Memória conta com um *website* onde vem sendo organizada uma biblioteca digital e um banco de imagens. O link de acesso é o seguinte: https://www.memoriaoperariaparacambi.com.br/

Ao reafirmar a importância da educação patrimonial, concebida de forma coletiva e dialógica, insere-se em um campo marcado por conflitos e disputas que atravessam a conformação das memórias coletivas. Longe de ser um processo neutro ou linear, ela se constitui como um espaço de escuta, negociação e reconhecimento das múltiplas vozes e narrativas que compõem o tecido social. Ao valorizar os saberes locais e promover a participação ativa da comunidade, a educação patrimonial torna-se multiplicadora de afetos e pertencimento, fortalecendo os vínculos entre sujeitos e território. Assim, contribui para a construção de uma memória viva, plural e comprometida com a valorização da cultura em sua dimensão social e afetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória histórica da Companhia Têxtil Brasil Industrial e sua ressignificação como espaço educativo em consonância com o Centro de Memória, evidenciam a potência da educação patrimonial como instrumento de preservação da memória coletiva e de fortalecimento da identidade comunitária. Ao reconhecer o valor do afeto como elemento constitutivo da relação entre sujeitos e patrimônio, o Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi tem trabalhado no sentido do que Marcos Olender denomina de "afetivo efetivo", mobilizando emoções, vínculos e histórias de vida como fundamentos para a valorização cultural.

Pode-se definir a Educação Periférica como um campo de práticas e reflexões pedagógicas que reconhece as periferias como territórios educativos, valoriza os saberes produzidos por sujeitos historicamente marginalizados e articula educação formal, não formal e popular em uma perspectiva crítica, territorializada e comprometida com a justiça social e espacial.

Ao reconhecer as periferias como espaços de potência educativa, e não apenas como territórios de carência, o ensino de Geografia contribui para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social e espacial, em diálogo com as tradições críticas da educação brasileira.

Neste contexto, compreende-se que a educação periférica e a educação patrimonial, quando desenvolvidas de forma coletiva e dialógica, transcende a simples transmissão de conteúdos e se afirma como prática social e política. Ela propicia que

comunidades reconheçam seus saberes e experiências como legítimos, transformando o patrimônio em espaço de pertencimento, disputa de narrativas e produção de sentidos. A memória, marcada por coesão, mas também por conflitos e silenciamentos, encontra nesse processo um campo fértil para a escuta ativa, a valorização da diversidade e a construção de novos olhares sobre o passado e o presente.

O desafio que se impõe é garantir a continuidade e o fortalecimento dessas práticas, ampliando a participação da comunidade e promovendo políticas públicas que reconheçam o direito à memória como parte do direito à cidade. Pretendemos consolidar o Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi como um exemplo de como o patrimônio pode ser um campo propício de transformação social quando articulado ao afeto, à educação e ao protagonismo coletivo

Palavras-chave: Memória Operária, Educação Patrimonial, Patrimônio Cultura, Patrimônio Industria, Educação periférica.

AGRADECIMENTOS

À Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PROPPGI/UFRRJ). Ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia (GEPEG/UFRRJ/CNPq). Ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ) e especialmente ao Centro de Memória da Indústria Têxtil de Paracambi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) Campus Paracambi.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (org.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa.** Petrópolis: Vozes, 2011.

BERTINI, F. M. A. Afetos em Espinosa e a cidade como civitas. **Revista Conatus – Filosofia de Spinoza**, v. 9, nº 18, Fortaleza, p. 11-18, dez.2015. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/conatus/article/view/12122. Acesso em: 25 jun. 2025.

BEZERRA, M. “Educação Patrimonial”. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 6º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, M. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOULART, B. **Cadernos Pedagógicos: territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade**. Brasília: Ministério da Educação, ago. 2010.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Portaria IPHAN nº 137**, de 27 de abril de 2016. Estabelece princípios e diretrizes para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 abr. 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf. Acesso em: 25 jan. 2025.

IPHAN. **Perguntas Frequentes**. O que é tombamento? Portal Iphan. Disponível em: http://portal.iphan.gov. br/perguntasFrequentes?categoria=9. Acesso em: 25 jun. 2025.

KELLER, P. Apropriação da memória operária. In CIAVATTA, M. (Org.) **Memória e Temporalidades do Trabalho e da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2007. p. 117-128.

MARTINS, J. C. O. “Patrimônio cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar”. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural: Educação Patrimonial.** Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. Disponível em: <EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_volI (3).pdf (iphan.gov.br)>. Acesso em: 01 set. 2024.

MENESES, U.T.B **O campo do patrimônio cultural:** uma revisão de premissas. In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Ouro Preto/MG, 2009.

MORAES, A. P. Afeto e Memória: A portência do “Afetivo Efetivo” na Educação Patrimonial em Paracambi. In SANTOS, C. (Org.) **Geografia e Educação em Espaços Educativos Periféricos**. Nova Iguaçu, Agbook - GEPEG/UFRRJ, 2025, p.70-88.

NORA, P. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, dez. 1993.

OLENDER, M. O afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, nº 35, p. 321-341, 2017.

PARENTE, J. R. F.; BOMFIM, Z. A. C. Análise do perfil das publicações sobre afeto e patrimônio cultural no brasil. **Essentia – Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia.** Sobral, v. 21, n.1, 2020, p. 2-9.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SANTOS, A. J.; SANTOS, C. E. F. Memória, imitação e assimilação na vida cotidiana. **Cadernos Cajuína Revista Interdisciplinar,** v. 7, n. 2, e2272, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.52641/cadcaj.v7i2.609. ISSN: 2448-0916. Acesso em: 25 jan. 2025.

SANTOS, C. **(Geo)grafias do lugar: Educação Geográfica na Escola Básica**. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2024.

SANTOS, C. Ensino de Geografia e Educação Periférica: diálogos críticos para a formação territorial. In SANTOS, C. (Org.) **Geografia e Educação em Espaços Educativos Periféricos**. Nova Iguaçu, Agbook - GEPEG/UFRRJ, 2025, p.11-22.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M. **O Espaço e o Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998.

STEIN, S. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850/1950**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.